

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE LETRAS – DLI**

ANA PAULA DE JESUS

**LETRAMENTO DE CRIANÇA SURDA NO 6º ANO
DO FUNDAMENTAL MAIOR, INSERIDA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE CAMPO DO BRITO: o caso I.G.S.**

Itabaiana/SE

2018

ANA PAULA DE JESUS

**LETRAMENTO DE CRIANÇA SURDA NO 6º ANO
DO FUNDAMENTAL MAIOR, INSERIDA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE CAMPO DO BRITO: o caso I.G.S.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Letras/DLI da Universidade Federal
de Sergipe, Campus Prof. Alberto
Carvalho, como requisito para a
obtenção do título de graduada em
Letras.

Orientadora: Prof.^a Ma. Daisy Mara Moreira de Oliveira

Itabaiana/SE
2018

ANA PAULA DE JESUS

**LETRAMENTO DE CRIANÇA SURDA NO 6º ANO
DO FUNDAMENTAL MAIOR, INSERIDA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE CAMPO DO BRITO: o caso I.G.S.**

**Este trabalho de Conclusão de
Curso foi julgado adequado à
obtenção do título de Licenciada
em Letras Português e aprovado
em sua forma final pelo curso de
Letras Português da
Universidade Federal de Sergipe.**

Itabaiana, ____/_____/_____.

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a Ma. Daisy Mara Moreira de Oliveira – Orientadora
Universidade Federal de Sergipe- UFS**

**Prof.^o Dr. Derli Machado de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe – UFS**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a DEUS por tudo.

A minha mãe, Josefa, e aos meus irmãos, Sérgio, Jackeline, Thamires e Israel. Obrigada família.

Aos meus amigos e amigas que me ajudaram através dos seus incentivos durante esse percurso, incentivando sempre a olhar para frente.

Aos meus colegas da Universidade que conquistei durante esses anos.

A todos os professores deste curso que através dos seus conhecimentos e ensinamentos contribuíram para minha formação, assim como compartilharam comigo seus aprendizados.

À Daisy Mara, que não somente foi minha orientadora deste trabalho, mas uma amiga, que buscou através de suas experiências e paciência, ajudar-me a realizar esta pesquisa, dando o seu apoio, atenção, companheirismo. Obrigada!

Enfim, agradeço a todos. Meu muito obrigada!

RESUMO

A longo dos anos, o que mais se tem falado é na inclusão de alunos surdos no âmbito escolar. Porém, ainda não visualizamos essa inserção e seus direitos sendo reconhecidos na prática em relação a educação da criança surda. Nosso objetivo geral, foi o de analisar o processo de letramento de criança surda no 6º Ano, de um Colégio Estadual do Município de Campo do Brito: O caso de I. G. S. A fundamentação teórica foi com base em pesquisas bibliográficas que trata do assunto proposto, bem como através de pesquisa de campo. A metodologia foi desenvolvida por meio de um estudo de caso, que apresentou como técnica para coleta dos dados desta pesquisa, as observações em sala de aula com criança surda, bem como de um questionário com 14 perguntas abertas para melhor entendimento do contexto abordado. Sendo que este questionário foi aplicado ao professor do ensino regular, no intuito de termos um suporte a mais na construção deste trabalho. A pesquisa foi dividida em três capítulos, contendo subtópicos. O capítulo I, trouxe uma breve abordagem sobre identificar o que é letramento. O capítulo II, abordou o letramento de criança surda com base numa visão filosófica de metodologia educacional, englobando sua Língua, Interlíngua e o Profissional Capacitado. Enquanto no terceiro capítulo, pesquisa de campo, relatou-se a respeito da observação realizada em sala de aula de uma criança surda, na série do 6º Ano, num colégio estadual, incluindo o questionário realizado com o professor da sala regular e a análise do material didático ofertado ao aluno, bem como a produção do aluno. Durante o percurso desta pesquisa podemos observar pontos tanto positivos como também negativos, em se tratando deste último, um deles é a falta de recursos necessários na instituição de ensino para atender as necessidades da criança surda. Já quanto ao positivo é o fato da escola proporcionar a presença de um intérprete na sala de aula para auxiliar no desenvolvimento educacional da aluna surda.

Palavras-Chave: Letramento. Inclusão. Alfabetização.

ABSTRACT

Over the years, what has been most talked about is the inclusion of deaf students in school. However, we have not yet visualized this insertion and its rights being recognized in practice in relation to the education of the deaf child. Our general objective was to analyze the deaf child literacy process in the 6th Year of a State College of the Municipality of Campo do Brito: The case of IGS. The theoretical basis was based on bibliographical research that deals with the proposed subject, such as through field research. The methodology was developed through a case study, which presented as a technique for collecting the data of this research, classroom observations with deaf children, as well as a questionnaire with 14 open questions to better understand the context addressed. As this questionnaire was applied to the teacher of regular education, in order to have more support in the construction of this work. The research was divided into three chapters, containing subtopics. Chapter I, brought a brief approach on identifying what is literacy. Chapter II dealt with the deaf child's literacy based on a philosophical view of educational methodology, encompassing his Language, Interlingua, and the Qualified Professional. While in the third chapter, field research, we reported on the classroom observation of a deaf child in the 6th grade series at a state college, including the questionnaire conducted with the regular classroom teacher and the analysis of the material provided to the student, as well as the student's production. During the course of this research we can observe both positive and negative points in the latter, one of them is the lack of resources needed in the educational institution to meet the needs of the deaf child. What is positive is the fact that the school provides the presence of an interpreter in the classroom to assist in the educational development of the deaf student.

Keywords: Literacy. Inclusion. Literacy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
I - IDENTIFICAÇÃO DO QUE É LETRAMENTO	11
II- ANALISANDO O LETRAMENTO DE CRIANÇA SURDA COM BASE NUMA VISÃO FILOSÓFICA DE METODOLOGIA EDUCACIONAL, ENGLOBANDO SUA LÍNGUA, INTERLÍNGUA E O PROFISSIONAL CAPACITADO	16
2.1 LÍNGUA DE SINAIS E AS FILOSOFIAS: ORALISMO, COMUNICAÇÃO TOTAL E BILINGUISMO.....	16
2.1.1 ORALISMO.....	20
2.1.2. COMUNICAÇÃO TOTAL.....	21
2.1.3 BILINGUISMO.....	21
2.3 INTERLÍNGUA.....	22
2.4 PROFISSIONAL CAPACITADO.....	24
III - OBSERVANDO COMO SE DÁ O LETRAMENTO DE CRIANÇA SURDA, NA SÉRIE DO 6º ANO, NO COLÉGIO ESTADUAL, SITUADO NA CIDADE DE CAMPO DO BRITO	27
3.1 LETRAMENTO DA CRIANÇA SURDA.....	27
3.2 OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA.....	31
3.3 QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR DE SALA REGULAR.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE	44

INTRODUÇÃO

A escolha deste estudo de pesquisa partiu do interesse de saber e conhecer mais a respeito da LIBRAS, e entender como a criança surda se desenvolve em relação a leitura e escrita a partir do 6º ano, visto que se espera que do 1º ao 5º ano a criança já tenha obtido o domínio da leitura e escrita, ou seja, esteja letrada?

Desenvolver esse trabalho no âmbito escolar é de fundamental importância, pois possibilitará mostrar através da pesquisa, por meio de observação em sala de aula, a realidade que as crianças surdas enfrentam no seu dia a dia.

Este trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral, analisar o processo de letramento de criança surda do 6º Ano, de um Colégio Estadual do Município de Campo do Brito: O caso de I G S. Já nos objetivos específicos, fizemos a organização da seguinte forma: 1) Identificar o que é letramento; 2) Analisar o letramento de criança surda; 3) Observar como se dá o letramento de criança surda, seu desenvolvimento na língua de sinais e as dificuldades no percurso deste processo.

Encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-Lei nº 9.394/1996) em seu artigo 58, capítulo V três bases que asseguram uma Educação Especial de qualidade: a primeira encontra-se na forma de modalidade ou categoria escolar para alunos portadores de necessidades especiais inseridos, preferencialmente, na rede regular de ensino; a segunda, enfatiza também que é de fundamental importância que o sistema de ensino assegure, proporcione professores capacitados/instruídos, devidamente preparados para trabalhar com qualquer ‘pessoa especial’ em sala de aula. E por fim, declara que caso o aluno com necessidades especiais tenha dificuldades em se adequar na classe em que esteja inserido, dificultando assim no seu desenvolvimento educacional, ele pode ser colocado em outra classe ou serviço especializado que possa se desenvolver e ter um crescimento satisfatório ao qual não tinha anteriormente, chamadas salas de recurso.

Poderíamos afirmar que em termos de inclusão ainda existe um déficit muito grande com relação ao que está posto em Lei quanto ao que se espera de uma escola inclusiva com profissional capacitado e acessibilidade social e arquitetônica para atender adequadamente a todos os tipos de deficientes. (SILVA, 2001, p.19).

Diante da realidade dos surdos em âmbito escolar levantamos o seguinte questionamento: Será que a inclusão dessas crianças surdas no ensino regular é reconhecida e tem favorecido de fato no seu processo de letramento?

Como procedimento metodológico foi realizado as observações em sala de aula com uma criança surda, numa escola estadual do município de Campo do Brito. A finalidade dessa observação foi saber e conhecer mais de perto como a criança surda se desenvolve no ensino aprendizagem, considerando as dificuldades encontradas.

A observação em sala ocorreu duração 15 dias. Além da observação, foi analisado também nesta pesquisa, um texto desenvolvido pela criança através da escrita, ou seja, a parte escrita. Além disso, utilizamos também de um questionário com perguntas abertas, também chamadas livres ou não limitadas, permitindo ao informante responder livremente, usando linguagem própria (Marconi&Lakatos,1996). Este questionário foi aplicado ao professor como um reforço a mais para esta pesquisa, e assim termos melhor conhecimento sobre o assunto proposto. Sendo assim, a partir das suas respostas, podemos concluir como é a realidade no ambiente escolar dessas crianças surdas.

Quanto ao seu método, se configura na modalidade de campo, voltada para uma abordagem qualitativa. As informações obtidas estão focadas para o estudo de caso conforme determina Marconi&Lakatos (2000). A partir dos resultados obtidos por meio dos dados coletados no procedimento desta pesquisa, pretendemos mostrar o trabalho de letramento de crianças surdas no fundamental maior.

Como bases teóricas para a nossa pesquisa, usamos obras de autores de diferentes campos e abordagens: Silva(2001), que apresenta questões a respeito da construção de sentidos na escrita do aluno surdo; Honora(2009), Gesser(2012), Fernandes(2010) falam sobre a comunicação usada pelas pessoas com surdez; Marconi&Lakatos(1996/2000), que mostram as técnicas de pesquisa e os tipos de abordagem e de procedimentos como forma de instrução; Kleiman(2010), Carvalho(2012), Soares(2006), Bagno(2007), Ribeiro(2003); Quadros(2006) e (1997), Oliveira(2013) abordam sobre como ensinar Português para alunos surdos e Educação de surdos; Lody & Lacerda(2014) e Botelho(2016), apresenta as questões da linguagem e letramento na educação dos surdos, ideologias e práticas pedagógicas. Dyson(2002), mostra as perspectivas das crianças enquanto utilizadoras da língua.

É importante evidenciar que este estudo de pesquisa pretende conhecer sobre o processo de letramento de criança surda no ensino regular durante o seu percurso educativo, e através deste, termos uma melhor reflexão a respeito da realidade delas no seu dia a dia para se tornar participante, integrante ativo na sociedade. Dessa forma, abordamos este conteúdo dividindo-os em três capítulos: no primeiro identificação o que é letramento, para melhor compreensão e entendimento do seu conceito; no segundo capítulo, mostramos a análise do letramento de criança surda; e no terceiro e último capítulo, observamos como se dá o letramento de criança surda, seu desenvolvimento na língua de sinais e dificuldades no percurso deste processo. Pois, através da pesquisa poderemos constatar a realidade que a criança surda passa no cotidiano.

I – IDENTIFICAÇÃO DO QUE É LETRAMENTO

A partir de algumas definições e abordagens sobre o termo letramento, propõe-se mostrar nesse capítulo, como alguns autores conceituam ou até mesmo discutem acerca desta nomenclatura, mostrando como cada um expõe a sua visão a respeito do mesmo. Muitas foram as definições usadas pelos autores. Diante das colocações postas, podemos refletir melhor sobre o assunto proposto.

No Brasil o começo do termo letramento resultou da versão do termo Inglês literacy, o qual tradicionalmente era traduzido ou conhecido por alfabetização. A opção por dar a palavra inglesa uma nova tradução, seria pela forma que advém os sentidos que a mesma adquiriu, devido às novas percepções do que revelaria precisamente ser alfabetizado na sociedade contemporânea, especialmente naqueles países desenvolvidos, de primeiro mundo, em que a globalização da educação básica já ocorrera há pelos menos meio século, e ao avanço de pesquisas sobre a escrita, percebendo-a como algo a mais que a transcrição falsa tanto da fala como também do lugar original desta.(RIBEIRO, 2003, p.51).

De acordo com a autora Kleiman (2010, p.5 e 11), letramento se refere aos usos da língua escrita não apenas no âmbito escolar, mas em todo lugar, pois a escrita está por todos os lados, ou seja, por toda parte, fazendo parte da vida cotidiana das pessoas, seja na rua, na praça, em campanhas, etc. Fala também, que quando se ensina uma criança a ler e escrever, ela já está sendo ensinada, instruída, aprendendo e ao mesmo tempo conhecendo as práticas de letramento da sociedade, está “em processo” de letramento. Diz que letramento e alfabetização não têm o mesmo contexto, são distintos, apesar de estar interligados, ou seja, associados. Sendo assim, não podemos confundir ambos em relação a sua definição.

Soares (2006, p.18) nos mostra a partir de uma citação sobre esse contexto tão confuso e ao mesmo tempo muito discutido para termos uma melhor compreensão.

Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.

Nesta citação observamos que a autora nos traz uma definição sobre letramento, propondo uma reflexão em relação ao mesmo, que uma pessoa ao ser ensinada e que através do aprender a ler, bem como do escrever, conseqüentemente, adquire conhecimento resultando assim do apropriamento da leitura e da escrita, tornando-se um indivíduo letrado. Ainda discutindo o termo letramento usado pela autora, notamos que a mesma evidencia nesse contexto a importância do sujeito aprender não somente ler e escrever, mas também está ciente da leitura e da escrita, usando-as competentemente para que possa de fato atender as exigências dessa sociedade.

Diante dos relatos podemos constatar através do pensamento de Quadros que confirma essa realidade citando:

Letramento é o estado daquele que não só sabe ler e escrever, mas que também faz uso competente e frequente da leitura e da escrita, e que, ao tornar-se letrado, muda seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura (QUADROS et al., Soares,1998:36-37).

A autora menciona que não é somente uma pessoa saber ler ou escrever apenas, mas é justamente essa sequência de aprendizado, e que além do ler e escrever, o indivíduo faça também o uso eficientemente e constante da leitura e da escrita, dessa forma torna-se letrado, transformando tanto sua condição social, sua maneira de viver e ser visto na sociedade, bem como em sua colocação na cultura, ou seja, enfatiza nessa citação, justamente esse processo de aprendizagem que o indivíduo precisa saber, conhecer, e assim ter o domínio para conviver na sociedade como uma pessoa totalmente letrada.

Encontramos em Carvalho (Apud Soares, 19, p. 20), o mesmo pensamento dos autores citados anteriormente ao relatar que uma pessoa letrada é aquela que se apropriou consideravelmente do uso da leitura e escrita, ou seja, a utiliza com facilidade, com domínio, para assim poder conviver em sociedade e que o letramento abrange mais, indo além do ler e escrever somente, a percepção de conhecimento é bem

maior. Na verdade, ele busca mostrar que para ser letrado mesmo, é preciso fazer o uso da língua com eficiência, ter o domínio com propriedade. A mesma ainda afirma que

[...] só recentemente passamos a enfrentar está nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente.

Essa realidade que a autora menciona é justamente o fato de que o indivíduo tem que estar sujeito ao que realmente a sociedade exige em relação à leitura e escrita, pois quando essa exigência não é atendida de forma adequada, o sujeito não pode estar inserido na condição de letrado.

A partir do que relata Bagno (2007, p. 80 e 101), o qual expõe que atualmente, o conceito de letramento tem sido muito discutido e sendo bastante utilizado para se referir às práticas educacionais. Ressalta que se tratando em termos de eventos e práticas sociais, é importante considerar tanto o texto escrito e a variação linguística, bem como os modos de interação com o texto escrito para que o desenvolvimento do saber ler e escrever e tanto do adquirir a leitura e da escrita seja de modo preciso para ser participante ativo como exige a sociedade. Já Ribeiro (2003, p.105) contribui afirmando:

Por eventos de letramento designam-se as instituições em que a língua escrita é parte integrante da natureza da interação entre os participantes e de seus processos de interpretação (Heath, 1982:93), seja uma interação face a face, em que pessoas interagem oralmente com a mediação da leitura ou da escrita (por exemplo: discutir uma notícia do jornal com alguém, construir um texto com a colaboração de alguém), seja uma interação à distância, autor- leitor ou leitor-autor (por exemplo, escrever uma carta, ler um anúncio, um livro). Por práticas de letramento designam-se tanto os comportamentos exercidos pelos participantes num evento de letramento quanto às concepções sociais e culturais que o configuram, determinam sua interpretação e dão sentido aos usos da leitura e/ou da escrita naquela particular situação.

Kleiman (2010) defini que o termo letramento, nada mais é que um conjunto de práticas de uso da escrita, que ao longo do tempo vai se modificando intensamente na sociedade, tornando-se mais ampla do que as conhecidas práticas sociais escolares de uso da escrita, porém, elas estão incluídas, ou seja, inseridas. E ainda relata que alguns

pesquisadores se opõem ao uso do termo letramento, dizendo que os conceitos por ele designado estariam implícitos no termo alfabetização.

A partir do exposto acima pelos autores Kleiman e Bagno, é possível perceber que o conceito de letramento gera bastante discussão ao se confundir a alfabetização, mas como descrito anteriormente, ambos estão associados, mas tem-se confundido no seu contexto. A questão não é apenas o saber ler e escrever, mas está ciente que é preciso também fazer o uso eficiente tanto do ler como do escrever, e assim, seguir a real exigência incessante de leitura e da escrita que tanto a sociedade exige. Carvalho (2012, p.53) diz como o professor pode estimular o letramento do educando através da seguinte metodologia:

Preparar para aprender a ler é principalmente despertar o desejo, a vontade de ler. Melhor do que oferecer à criança desenhos prontos para colorir ou pontinhos para unir é criar um clima de interesse e receptividade em relação à leitura e à escrita. Para isso, a professora precisa ter à mão livros infantis, jornais, revistas, muito material escrito, de todo tipo, para olhar, manipular, manusear, adivinhar.

Diante do relato de Carvalho, podemos concluir o quão é necessário preparar uma criança desde cedo no seu processo educativo, estingando- a no ensino a aprender a ler, despertando nela a vontade ou o interesse pela leitura, em vez de tentar ofertar materiais que não venha aprimorar a leitura e escrita, mas desenvolver um trabalho com atividades que possa envolvê-la nesse percurso de aprendizagem usando materiais que desperte a atenção da mesma, e também favoreça no conhecimento tornando-as participantes ativamente no processo de leitura e escrita. Sendo assim, em relação ao surdo relata Botelho (2016, p.112) “Torna-se letrado numa abordagem bilíngue pressupõe a utilização de língua de sinais para o ensino de todas as disciplinas”. Nesta perspectiva da autora, vemos a importância da Libras como primeira ponte de difusão do conhecimento.

Ler é mais do que operar uma decodificação de palavras e de frases, é participar das representações do autor do texto lido e mergulhar em representações equivalentes. Vale dizer: ler é reescrever o que estamos lendo. (BAGNO, 2007, p.113)

Segundo o pensamento do autor, o indivíduo quando estar ciente da leitura, simplesmente vai além de uma decodificação seja de palavras ou frases. Na verdade, ele

se torna um participante do texto ao qual está lendo, bem como se aprofunda no mesmo, interpretando-o.

A partir das definições discutidas pelos teóricos sobre o contexto de letramento e alfabetização, podemos concluir que este se trata do aprendizado do alfabeto, bem como da forma adequada de usar o código de comunicação, e aquele se trata do domínio da língua escrita eficientemente usada pelo indivíduo.

II- ANALISANDO O LETRAMENTO DE CRIANÇA SURDA COM BASE NUMA VISÃO FILOSÓFICA DE METODOLOGIA EDUCACIONAL, ENGLOBALANDO SUA LÍNGUA, INTERLÍNGUA E O PROFISSIONAL CAPACITADO.

Este capítulo parte, primeiramente, de uma visão geral das conquistas da Língua de Sinais Brasileira e acerca das filosofias que cercaram a educação dos surdos ao longo da história, a fim de termos um melhor entendimento sobre o contexto educacional histórico em relação à crescente mudança de metodologias aplicadas na educação do sujeito surdo, para posteriormente analisar acerca do letramento da criança surda. Isto por entendermos que a filosofia/metodologia aplicada no letramento do surdo é fundamental para o sucesso cognitivo desse sujeito.

2.1 Língua de Sinais e as Filosofias: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo

A Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS é uma língua de modalidade gestual-visual, usada pelas pessoas surdas. É uma língua reconhecida legalmente como meio de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002 (HONORA, 2009, p.41).

Segundo Quadros (1997), a língua de sinais se difere das línguas orais, pois são línguas espaço- visuais, ou seja, não é realizada por meio dos canais oral- auditivo, mas sim através da visão e da utilização do espaço. Ou seja, o que nos diferencia basicamente em termos de língua é o fato de os ouvintes usarem a oralidade e os surdos o visual-gestual, “se não fosse à diferença na modalidade, todos teriam tranquilidade em reconhecer as pessoas surdas como bilíngues” (FERNANDES,2010, p.29). O autor ainda afirma que uma grande dificuldade que o público-alvo (surdos) tem é o fato de chegarem tardiamente a escola, fator que implica no desenvolvimento cognitivo e de visão de mundo como vemos a seguir:

As crianças surdas têm tido acesso à língua de sinais brasileira tardiamente, pois as escolas não oportunizam encontro adulto surdo-criança surda. Elas encontram os surdos adultos na fase da adolescência, normalmente por acaso (FERNANDES, 2010, p.30).

Entendemos na citação acima que há uma falha na educação, ou seja, de ofertar professores surdos a fim de que a criança surda tenha o mais precocemente contato com falante nativo da sua língua. Diante disso, a criança estará tendo acesso a sua língua materna através de um intérprete ouvinte que não é um falante nativo, pois a Libras é sua segunda língua para o intérprete. O que causa ao educando surdo um aprendizado da língua ineficaz. Além disto, temos um outro agravante no acesso da criança surda a sua língua que é a sua família. Pois, os surdos nascidos em família ouvinte, muitas vezes só terão acesso à língua quando chegar na escola o que acarreta um prejuízo do desenvolvimento cognitivo/conhecimento de mundo. Sendo assim, seria importante que, também, os pais aprendessem a Libras. A escola deveria proporcionar esse encontro para a familiarização entre eles, bem como socializá-los. O problema é que demora muito para que esse contato ou encontro se concretize. Quadros (2006, p.26) ainda contribui afirmando que “Os alunos surdos precisam torna-se leitores na língua de sinais para se tornarem leitores na língua portuguesa”. Daí a importância do contato deste aluno com um falante nativo a fim de que ele através do domínio da sua língua materna possa adquirir uma outra língua, que no caso é o português e saiba fazer o uso desta escrita em sua vida, no meio social.

Segundo Quadros (2006), se tratando das línguas no contexto escolar da criança surda, ou seja, na educação dos surdos, elas expressam tanto as culturas, os valores, bem como os padrões sociais de um determinado grupo social. Evidência que os surdos brasileiros utilizam a língua brasileira de sinais, que é uma língua visual espacial que apresenta todas as particularidades específicas, essencial das línguas humanas, sendo que esta língua é usada pelos surdos, seja nos espaços criados pelos mesmos, seja nas escolas, nas associações, nos seus lares, etc.

A autora ainda relata sobre o contexto bilíngue da criança surda que se caracteriza da coexistência da língua brasileira de sinais e também da língua portuguesa, ou seja, da simultaneidade de ambas. Pois, no cenário nacional, não é simplesmente decidir qual língua fará parte do programa escolar, mas sim, fazer-se possível a correlação de ambas as línguas, ou seja, que as duas línguas fossem trabalhadas, se possível, e reconhecidas de fato, buscando se atentar para todas as diferentes funções ao

qual apresentada no dia a dia da pessoa surda que está se formando, tendo em vista que tanto uma língua como a outra é de fundamental importância para a educação dos surdos no ambiente escolar.

Vale ressaltar que as políticas linguísticas têm o papel fundamental para que seja reconhecida de fato, na prática, a língua brasileira de sinais enquanto língua nacional. Sendo assim, podem conceber-se maneiras de cultivar esta língua, de divulgá-la, bem como de preservá-la.

Se observarmos as línguas de sinais de outros países, elas foram preservadas, bem como passadas de geração em geração nas associações dos surdos e também nas famílias dos surdos, sendo promovidas, vistas e produzidas de um para o outro. Já no Brasil, com relação às associações dos surdos, sempre mantiveram intercâmbios, proporcionando contatos entre surdos do mundo todo e propiciando a existência da língua brasileira de sinais com suas referentes variações linguísticas. Aqui no país, uma política linguística para a língua de sinais, começou a ser instaurada por meio legal, ou seja, reconhecida através da Lei nº 10.436 de 2002, que confirma o estatuto da língua de sinais, e também afirma que esta não pode substituir o português. Na verdade, a orientação atual posta pelo MEC/SEESP é que, em razão da língua portuguesa ser pela Constituição Federal a língua oficial do Brasil, determina o uso dessa língua obrigatório seja nas relações sociais, culturais, econômicas, jurídicas e nas instituições de ensino. Já o ensino da língua portuguesa, como segunda língua para os surdos deve ocorrer devido eles serem cidadãos brasileiros, e precisarem utilizar e aprender esta língua oficial.

Segundo o decreto 5626 de 2005, a educação de surdos no Brasil precisa ser bilíngue, assegurando o acesso à educação por meio da língua natural deles, língua de sinais, bem como o ensino da língua portuguesa escrita como segunda língua na modalidade escrita apenas. Porém, no Brasil, ainda não é esta a realidade vista, como coloca Gesser (2012, p.91).

Nem todos os ouvintes são indiferentes aos surdos e à aprendizagem da língua de sinais. Entretanto, no que tange à proposta da inclusão, ela imprime uma arquitetura na comunidade escolar que está longe de atingir as necessidades educativas dos surdos. A principal delas perpassa pela língua.

De acordo com a autora, a inclusão de alunos surdos no âmbito escolar é complexa, pois exige das instituições de ensino uma proposta de ensino que se adéque a criança surda diante das diferenças existentes, enfatizando que a língua é o principal motivo e que dificulta dentro do contexto escolar na aprendizagem do surdo, pois se não for inserida aquela língua que favoreça o desenvolvimento satisfatório dele, prejudicará no rendimento do mesmo. E como descreve Quadros (1997, p.33) “De fato, é muito complicado pensar em uma educação de surdos sem sequer ter como prioridade o domínio da língua de sinais”.

Ao falar da Educação bilíngue no contexto educacional, ela abrange, pelo menos, duas línguas. Sendo assim, as distintas formas de possibilitar uma educação bilíngue a uma criança surda em uma escola, depende de decisões político-pedagógicas. Sendo assim, ao ofertar uma educação bilíngue a qual passará a existir duas línguas no ambiente escolar, a instituição assumirá uma política linguística, bem como definirá qual será a língua a ser trabalhada dentro da sala de aula. Ou seja, que será usada no ensino aprendizagem delas. Diante dessa situação, a escola promoverá uma maneira de como ambas as línguas terão acesso às crianças, considerando o desenvolvimento das atividades.

Observamos em pesquisa que não existe um padrão nacional na política linguística de ensino. Em alguns estados, existem escolas bilíngues para surdos, sendo que a língua de instrução é a Libras, enquanto a língua portuguesa é ensinada como segunda língua. Porém, em outros estados, a Libras é aquela usada como língua de instrução, enquanto o português é usado como sendo a segunda língua nas salas de aula nas séries iniciais, ou seja, do ensino fundamental. Já nas séries posteriores, a língua portuguesa é utilizada como a de instrução, com a presença do intérprete de Libras nas salas de aula e o ensino de língua portuguesa, como segunda língua para os alunos surdos, porém, realizada na sala de recursos. (QUADROS, 2006, p. 18, 19).

Não deixando de ressaltar que há também estados que os serviços prestados pelo intérprete de língua de sinais estão presentes desde a fase inicial da criança na escolarização em que o intérprete nessas séries iniciais assume o papel que deveria ser desempenhado pelo professor bilíngue, usando a língua de sinais como língua de instrução. (QUADROS, 2006, p. 18, 19).

2.1.1 Oralismo

O oralismo por muitos anos foi a principal condição, forma de educação para os surdos, ou seja, muitos estudiosos naquele tempo foram defensores do oralismo, os quais pensavam que a melhor forma de os surdos se desenvolverem na educação, na comunicação com as demais pessoas ouvintes, era por meio da oralidade. Durante os 100¹ anos os surdos foram privados do uso de sinais, ocasionando fracasso visto em todo mundo. Podemos citar como um dos defensores do oralismo, o cientista e inventor do telefone, Alexander Graham Bell (1847-1922). Diante da visão dos estudiosos, a melhor maneira de instruir os surdos ou educá-los seria através da aprendizagem da língua oral, mas esse meio não teve muito resultado, provocando ao surdo muito sofrimento por não conseguir usar a fala. (HONORA, 2009). Vejamos como foi a situação dos surdos neste período:

Os surdos que não se adaptavam ao Oralismo eram considerados retardados. Não era respeitada a dificuldade de alguns surdos por causa de sua perda de audição severa e profunda. As pessoas somente estavam interessadas em fazer com que o Surdo fosse “normatizado” e que desenvolvesse a fala para que assim ninguém precisasse mudar ou sair da situação confortável (HONORA, 2009, p. 26).

O que se pode concluir diante da afirmação da autora, é que os surdos não somente na antiguidade, eram vistos como incapazes, por não se adaptar ou melhor, aprender o oralismo, bem como nos dias atuais. Muitos ainda conservam esse pensamento. Sendo assim, os surdos sofriam preconceitos devido as suas limitações, dificuldades e justamente por não atender o interesse da sociedade, daqueles considerados intelectuais que queria de todas as maneiras que o surdo viesse desenvolver a fala para facilitar a comunicação, bem como a socialização deles com as demais pessoas, uma vez que atendendo essa condição não precisaria mover-se da sua situação agradável, ou seja, cômoda.

¹ Ver em: HONORA, Márcia. Livro ilustrado de Língua Brasileira e Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez/ Márcia Honora, Maria Lopes Esteves Frizanco. São Paulo: Ciranda, cultura, 2009.

2.1.2. Comunicação Total

A partir da visita de Ivete Vasconcelos, educadora dos surdos, da Universidade Gallaudet, esta trouxe ao Brasil na década de 1970, a filosofia da Comunicação Total (HONORA, 2009).

Se comparado ao oralismo, a comunicação total é tida como uma educação contrária a primeira filosofia pela forma que a criança surda recebe a aquisição da língua. A comunicação total, se utiliza de todo e possível recurso que estiver ao alcance para a comunicação, a fim de intensificar ou mesmo desenvolver as interações sociais, busca considerar as áreas cognitivas, linguísticas, bem como afetivas dos alunos. Porém, o que se pode perceber diante dessa Filosofia é que se levantam questionamentos quando se trata dos resultados obtidos pelos alunos sobre ela, devido ao fracasso que muitos surdos têm tido no que diz respeito ao seu desenvolvimento educativo. Ou seja, quando os alunos se deparam com os desafios, as dificuldades enfrentadas no seu dia a dia. (SEESP / SEED / MEC, 2007).

Observando, os elementos que identifica a comunicação total são tanto os textos orais e escritos, a linguagem gestual visual, bem como as interações sociais, que na verdade não tem possibilitado uma educação, um desenvolvimento qualitativo desses alunos, sendo visto como indivíduo incapaz e também excluído ainda pela sociedade. (SEESP / SEED / MEC, 2007). A filosofia Comunicação Total não seguiu adiante por ter como falha o desprestígio da língua de sinais, pois se utilizava a oralidade, a língua de sinais, a leitura labial e a datilografia ao mesmo tempo, motivo que causava no aluno surdo uma grande confusão, pois se ele tinha uma língua a ser usada por que utilizar-se vários outros mecanismos?

2.1.3 Bilinguismo

O Bilinguismo refere-se ao ensino usado nas escolas que possa tornar acessível ao surdo duas línguas no contexto escolar, ou seja, abrange a aptidão e a competência de duas línguas, seja individual ou grupal. (QUADROS, 1997, p. 31). Afirma Honora (2009, p.26) “Atualmente, o método mais usado em escolas que trabalha com alunos com surdez é o Bilinguismo, que usa como língua materna a Língua de Sinais e como

segunda língua, a Língua portuguesa”. Vemos também que Fernandes (2010, p. 22) também defende e concorda com os outros autores citados:

É fato que a educação com bilinguismo para surdos apresenta-se como diretriz dos modelos educacionais. Assim, é senso comum dizer-se que a língua de sinais deve ser considerada a primeira língua do surdo e a língua portuguesa, sua segunda língua.

Segundo Fernandes nessa citação, deve-se explorar a questão do bilinguismo como sendo o meio mais propício para a educação do surdo, já que trata do ensino de duas línguas no contexto escolar. Sendo assim, é sensatez falar que a língua de sinais é a língua natural da criança surda e precisa ser usada como primeira língua, ou seja, deve ser inserida, trabalhada, bem como usada na aprendizagem dos alunos surdos. Enquanto a outra língua, a língua portuguesa, ser utilizada como segunda língua apenas na modalidade escrita, porque se não fosse assim, voltaríamos ao oralismo.

Percebemos até aqui que em termos de história da educação do sujeito surdo tivemos estas três filosofias acima, sendo que, o bilinguismo perdura desde a Década de 80 até os nossos dias por ser considerada a melhor metodologia de ensino. Assim, para que o aluno surdo adquira o letramento é necessário que as escolas inclusivas adotem esta filosofia.

2.3. Interlíngua

Quadros (2006) aborda o que vem a ser a interlíngua, especificamente, em Libras. A autora enfatiza que existe a língua escrita da língua de sinais², que é o sistema não-alfabético que retrata as unidades espaciais- visuais dessa língua, porém, a mesma ainda não é divulgada, ou seja, difundida no Brasil. Se o fosse, os surdos poderiam torna-se letrados na sua língua materna, ou seja, na sua própria língua que consequentemente o ajudaria na aquisição da escrita do português. Porém, esta realidade só vamos encontrar na região Sul do Brasil, local em que as pesquisas da escrita de sinais vêm se desenvolvendo e ganhando força.

² Ver em: BARRETO, Madson. Escrita e sinais sem mistérios/ Madson Barreto, Raquel Barreto. 2.ed.rev. Atual. E ampl. – Salvador, v. 1: Libras Escrita, 2015.

Em relação à interlíngua, a mesma autora, expõe que a segunda língua passa por muitos estágios de interlíngua, ou seja, no processo de aquisição do português, sendo assim, as crianças surdas mostrarão um sistema em que não será mais representado pela primeira língua, mas também não representará a língua alvo- a este estágio é que se encontra a interlíngua.

Quadros(2006, p. 32,33) relata ainda sobre a questão da aquisição da segunda língua por alunos surdos, ou seja, apresenta alguns fatores importantes, a exemplo temos: 1) a capacidade das relações visuais definidas pelos próprios surdos, ou seja, eles se comunicam através da sua língua gestual- visual; 2) a probabilidade ou chance da passagem da língua de sinais para o português, que através do apropriação da sua língua materna, os surdos podem aprender o português, ou seja, fazer o uso na modalidade escrita; 3) a questão das diferenças a respeito das modalidades das línguas no processo educativo ou educacional, neste caso, os ouvintes se comunica usando a oralidade, enquanto os surdos, o visual- gestual; 4) sobre um sistema de escrita alfabética que difere do sistema de escrita da Libras, bem como a presença do alfabeto manual que representa uma relação visual com as letras utilizadas na escrita do português, etc. Evidência que os alunos necessitam das habilidades da sua língua de sinais, ou seja, são dependentes da sua primeira língua, principalmente, daquelas referentes ao letramento na primeira língua. Além disso, relata que a escrita passa a ter uma atuação na língua portuguesa ao ser intermediada por uma língua que tenha significação, e que a escrita do português tem significação ou sentido a partir da língua de sinais.

Para Quadros (2006) os estágios de interlíngua são: interlíngua I, interlíngua II e interlíngua III. Cada estágio mostrará a fase da criança surda em relação ao seu desenvolvimento no processo de aquisição da segunda língua. No estágio I, por exemplo, a autora busca mostrar a questão das estratégias da passagem da Libras para a escrita da língua portuguesa dessas crianças, caracterizando-se por: a ausência ou inadequação de elementos funcionais (artigos, preposição, conjunção); o uso de verbos de preferência no infinitivo; o uso raro de verbos de ligação (ser, estar, ficar), e muitas das vezes, usado de forma incorretas; ausência de flexão em relação ao gênero, número e grau, etc. Já no estágio II, o autor mostra que na escrita de alguns alunos nota-se uma mesclagem das duas línguas, assim como o uso de estruturas linguísticas da língua de sinais brasileira e a utilização indiscriminado de elementos da língua portuguesa,

buscando assim se apropriar da sua língua alvo- a este estágio é que se encontra a interlíngua. E por último o estágio III, no qual os alunos em relação à escrita demonstram o uso predominante da gramática da língua portuguesa em todos os níveis, a exemplo, do sintático.

2.4 Profissional Capacitado

Após abordamos sobre a língua e suas filosofias, analisaremos outra peça chave, ou seja, fundamental para o sucesso cognitivo do educando surdo- o professor de sala inclusiva.

Segundo Quadros(1997) Os profissionais que trabalham com surdos, acabam esquecendo de pensar sobre a educação, e foca muito nas questões ligado com a linguagem. Porém, ressalta que a linguagem é importante no processo educacional, talvez seja esse o motivo das discussões entre os profissionais sobre língua de sinais e língua oral. Mas é evidente que a língua de sinais é a forma mais propícia de trocar conhecimentos com pessoas surdas. A autora menciona que com muita frequência, os professores têm reclamado com respeito aos conteúdos escolares, pois são difíceis de serem passados para os alunos. Provavelmente essa dificuldade está na limitação dos mesmos em relação a LIBRAS. E também nas limitações dos próprios alunos decorridas da falta de oportunidade de conseguirem um desenvolvimento, seja linguístico, cognitivo ou social adequado. Isto consiste no fato de que os professores da sala inclusiva não estão capacitados para o ensino da língua portuguesa, ou seja, não são bilíngues.

Independentemente do contexto de cada estado, a educação bilíngue depende da presença de professores bilíngues. Assim, pensar em ensinar uma segunda língua pressupõe a existência de uma primeira língua. O professor que assumir essa tarefa estará imbuído da necessidade de aprender a língua brasileira de sinais. (QUADROS, 2006, p. 19).

Quadros enfatiza nesta citação, a importância da presença de professores bilíngues no ambiente escolar para que haja um desenvolvimento educacional, ou seja, é necessário um profissional capacitado que desempenhe dentro da sala de aula um trabalho que favoreça um ensino satisfatório, atendendo assim, as necessidades da

criança surda. Observando que não é apenas ensinar uma língua ou outra, mas sim ter o conhecimento de ambas dentro da sala de aula. Portanto, o profissional que somente ensina a língua portuguesa, necessitará ter conhecimento da língua de sinais para o ensino aprendizagem dos alunos surdos, já que o ensino bilíngue trata-se do ensino de duas línguas.

Segundo Quadros (2006, p. 19,20) em alguns estados têm professores que desconhecem a língua natural dos surdos, ou seja, a língua de sinais, e diante disso, as instituições não têm estrutura ou até mesmo recursos humanos para assegurar aos alunos surdos o direito à educação, à comunicação, bem como à informação. Diz que uma criança quando tem acesso à língua logo cedo, aproveita da possibilidade de introduzir-se no mundo da linguagem com todas as suas sutilezas, o que não ocorre com o estudante surdo.

Na verdade, o ensino do português presume a aquisição da língua de sinais brasileira, a língua natural, materna que deve ser usada pela criança surda, apresentando papel importante no processo de ensino-aprendizagem do português. Tendo em vista que não é simplesmente obter troca de conhecimento entre uma língua e outra, mas sim, promover um processo de aquisição e aprendizagem paralelo em que cada língua exhibe seus papéis e valores sociais exercidos, representados (QUADROS, 2006, p.24).

No que se refere à prática, temos a Libras como língua “natural” responsável pela intermediação e ressignificação da construção do trabalho com a segunda língua, a escrita do português. Porém, o melhor seria que ocorresse uma fala comum entre professor e aluno, ou seja, que ambos realizassem a utilização da Língua de sinais (SILVA, 2001, p.37).

No que diz respeito à educação dos surdos não ser satisfatória e ser um dos maiores obstáculos no contexto escolar, é a maneira como é concebida a linguagem ou melhor, como é vista, recebida pelos professores no âmbito escolar. Ou seja, de que forma são proporcionadas as atividades desenvolvidas tanto da leitura como também da escrita aos alunos, fator importante que provoca baixo rendimento no processo educativo da criança surda, caso não adquira a linguagem como deve. Sendo assim, a melhor forma de trabalhar com o aluno surdo é por meio da língua que é adquirida espontaneamente por mediação dos membros da comunidade (SILVA, 2001, p.45). Já Gesser (2012, p. 90) ressalta buscando a trajetória da educação dos surdos, afirmando que

Os contornos da trajetória dos surdos estão intimamente ligados à educação. Das escolas ouvem-se os lamentos, frustrações e limitações com as quais professores e familiares de surdos lidam todos os dias. No sistema educacional do Brasil de hoje, defende-se uma política de inclusão. Grosso modo, o aluno surdo é incluído nas salas regulares de ensino, junto com os ouvintes, acreditando-se que assim estariam resguardando o princípio de igualdade de direitos.

Mediante a citação acima, Gesser nos faz refletir a respeito da inclusão dos surdos no ambiente escolar. Ressalta que o sistema educacional deve assegurar os direitos dos surdos em relação à educação. Porém, o que se observa são as dificuldades que tanto professores, alunos, bem como os familiares dos surdos passa diante de uma política de educação que na verdade não é vista na prática, justamente pela falta de estrutura da instituição de ensino, assim como é a realidade da criança surda em meio ao convívio com outras crianças ouvintes dentro da sala de aula, que conseqüentemente não tem seus direitos assegurados, favorecido.

Percebe-se diante do pensamento do autor que o sistema educacional não provê o asseguramento dos direitos dos surdos, ou seja, a igualdade de direitos nas salas regulares em que essas crianças surdas estão incluídas, inseridas. Conforme cita Oliveira (2013, p. 5)

Percebe-se que o processo de inclusão escolar sugere uma preocupação em incluir este sujeito no meio maior, e que neste âmbito seja respeitado ao invés de discriminado. O que é muito positivo. Porém, ainda não visualizamos uma iniciativa mais eficaz com referência ao maior veículo de interação social que rompe com o preconceito e aproxima as partes- a língua. Toda troca e interação passa pela comunicação. É o que nos aproxima do outro.

A autora expõe que diante da preocupação a respeito do processo de inclusão escolar, de inserir o indivíduo no meio maior, sejam respeitados os seus direitos, ao invés de ser discriminado. Isto seria bastante positivo. Ressalta que é preciso uma iniciativa que favoreça realmente o vínculo de interação social de forma positiva, pois é necessário para que rompa com todo tipo de discriminação e aproxime as partes-a língua. Enfatiza que tanto a troca como a interação social passam pela comunicação, aproximando um do outro, daí a importância do professor de sala inclusiva ter capacitação na língua de sinais para um bom desenvolvimento do educando surdo.

III - OBSERVANDO COMO SE DÁ O LETRAMENTO DE CRIANÇA SURDA, NA SÉRIE DO 6º ANO, NUMA ESCOLA ESTADUAL, SITUADA NA CIDADE DE CAMPO DO BRITO

Este capítulo mostrará como se dá o letramento de criança surda, através da realização da pesquisa de campo, incluindo as observações em sala de aula, o questionário aplicado ao professor e a análise do material didático, bem com a produção do aluno.

3.1 Letramentos da criança surda

No que se refere ao letramento da criança surda, várias são as abordagens que se têm com relação ao assunto proposto, pois o mesmo está voltado ou correlacionado ao processo de aquisição tanto da língua de sinais, bem como da língua portuguesa. Isto por que

É necessário enfatizar que as condições de aprendizagem da leitura e da escrita no processo de escolarização do aluno surdo dependem, por via de regra, do modo pelo qual são encaradas suas dificuldades e as diferenças ocorridas no processo educacional pelas instituições, levando-o a adquirir confiabilidade nas dificuldades encontradas. Nessa mesma ótica é preciso destacar que o surdo, antes de ter dificuldades na escola, apresenta dificuldades de aquisição da língua, instalando-se a grande diferença de escolarização entre o surdo e o ouvinte. (SILVA, 2001, p. 43)

Conforme citado acima, ao se tratar da leitura e da escrita para aprendizagem dos surdos, ou seja, no seu processo educativo deles, é importante ressaltar que as instituições de ensino precisam considerar tanto as diferenças como também as dificuldades que cada criança surda possui e traz para dentro da sala de aula, buscando por meio da interação professor/aluno obter confiabilidade entre as partes. Sendo assim, o professor deverá trabalhar através de atividades motivacionais que venha proporcionar o desenvolvimento tanto da leitura, bem como da escrita, atendendo suas necessidades e aproximando-os de sua linguagem.

Segundo Quadros (2006, p. 26) é importante enfatizar que o aluno surdo para ter um rendimento em relação ao ensino aprendizagem é necessário observar, bem como acompanhá-lo no seu desenvolvimento tanto do ler e escrever, assim como no processo de leitura e da escrita, ressaltando ainda a importância desse sujeito na interação com as pessoas por meio da sua própria língua, a língua de sinais, sendo que está precisa ser de fato inserida, inclusa, usada pelo aluno no ambiente escolar.

Letramento nas crianças surdas, enquanto processo, faz sentido se significado por meio da língua de sinais brasileira, a língua usada na escola para aquisição das línguas, para aprender por meio dessa língua e para aprender sobre as línguas. A língua portuguesa, portanto, será a segunda língua da criança surda sendo significada pela criança na sua forma escrita com as suas funções sociais representadas no contexto brasileiro. (QUADROS, 2006, p. 17)

Conforme cita a autora, o letramento da criança surda se dá por meio da sua língua natural, sendo de fundamental importância a língua de sinais para aprendizagem dela, que deve ser inserida no ambiente escolar logo cedo como primeira língua, a ser usada pelo surdo no contexto escolar, ou seja, promover o contato imediato, aproximando-o de sua linguagem e proporcionando o seu desenvolvimento educacional. Porém, fazer o uso da segunda língua, a língua portuguesa, pois é importante o apropriação de ambas as línguas, no processo educativo da criança, seja no contexto escolar, bem como no convívio em sociedade. Afirma Lodi e Lacerda (2014, p. 33) “compreende-se que todo desenvolvimento da criança surda depende da presença do outro, daquele que possui domínio da linguagem para, dialeticamente, constituir-se como sujeito dá e pela linguagem”. E a mesma ainda fala que

Dessa forma, para que o desenvolvimento de uma criança surda se dê de forma semelhante ao de uma criança ouvinte, aquela deve ter contato com interlocutores que lhe insiram em relações sociais significativas por meio da linguagem e, nesse caso, por meio de uma língua que lhe seja acessível visualmente: a língua de sinais (LODI e LACERDA, 2014, p.34).

A autora evidencia a importância da interação da criança surda com outras pessoas, que esse contato seja proporcionado para que o surdo seja inserido no meio das relações sociais, em que a língua de sinais se torne esse canal de socialização, pois é de suma importância para o seu desenvolvimento tanto em seu processo de alfabetização

que é a base para a criança aprender a ler e escrever e como também no apropriação da leitura e da escrita.

Tendo em vistas estas colocações, torna-se bastante claro, portanto, que propiciar a pessoa surda a exposição a uma língua o mais cedo possível, obedecendo as fases naturais de aquisição é fundamental ao seu desenvolvimento. Privá-la desse direito, sob qualquer alegação, é desrespeitá-la em sua integridade (FERNANDES, 2010, p.18).

A partir da citação, podemos compreender que a apropriação da língua de sinais pela criança surda, logo na sua fase inicial, ou seja, precocemente, seguindo a ordem natural de aquisição oferecida, propostas, é essencial para o desenvolvimento da criança no processo educativo, tornando possível a comunicação, interação e o conhecimento. E não respeitar as dificuldades, bem como as diferenças ou até mesmo não assegurar os seus direitos, é desconsiderar sua integridade.

Segundo Silva (2001, p. 43, 44). As dificuldades que os surdos têm em relação à aprendizagem, ocorre devido as línguas orais serem as únicas usadas pela maior parte das comunidades, não existindo, no caso do surdo, a oportunidade de adquiri-las naturalmente. Diz mais, que realmente, um outro problema em relação a educação da criança surda seria a falta de condições ambientais, fundamental para facilitar o ingresso desse aluno ao “mundo letrado”. Dessa forma, a instituição de ensino, busca resgatar essas dificuldades que o aluno tem de maneira estratégica, trabalhando a escrita se utilizando de exercícios de repetição, para que os alunos pudessem aprender a ler e escrever.

É importante lembrar que a competência do aluno surdo na escrita melhora conforme aumenta o seu nível de escolaridade e sua exposição à Língua de Sinais nas salas de aula (por meio do intérprete). (SILVA, 2001, p. 92).

Diante dessa informação a respeito da escrita do aluno surdo, é possível perceber que a presença do intérprete dentro da sala de aula é fundamental para acompanhar a criança durante o processo educativo dela, porém por meio da língua de sinais que possibilitará um desempenho educacional, ou seja, um rendimento satisfatório.

A inserção do aluno surdo no ensino regular é uma das diretrizes fundamentais da política nacional de educação. Vista como um processo gradual e dinâmico que pode tomar formas distintas de acordo com as necessidades dos alunos, acredita-se que a inclusão escolar possibilite a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizagem dos conteúdos acadêmicos e uso social da Leitura e da escrita. (LODI e LACERDA, 2014, p. 15).

A autora menciona a importância da política nacional de educação no âmbito escolar. Enfatiza que a inserção da criança surda no ensino regular é essencial, pois através da inclusão o aluno surdo pode interagir, bem como se familiarizar com as demais crianças ouvintes. Dessa forma, apesar das limitações, das dificuldades no processo de aprendizagem podem aprender, se desenvolver, e obter o apropriamento da leitura e da escrita. Porém, para que isso ocorra é necessário que a instituição de ensino proporcione um ensino que de fato ajude-os no seu desenvolvimento, possibilitando recursos, materiais de apoio pedagógico que o atenda. Assim diz Fernandes (2010, p. 32) “A língua de sinais brasileira parece estar sendo admitida, mas o português mantém-se como a língua mais importante dos espaços escolares”.

Segundo Bruner (apud Dyson 2002, p. 265) a aprendizagem provém de atividades conjuntas, partilhadas, e não apenas seguir uma regra para que a criança adquira conhecimentos, mas de adquirir junto da comunidade em que elas sintam-se felizes, vistas, compreendidas, importantes, e não ser tratadas de forma diferenciada, seja no âmbito escolar, bem como fora dele como alguém incapaz. Enfatiza também, que os surdos são capazes, têm direitos e podem viver em sociedade normalmente. Como vemos a seguir:

Tenho vindo a reconhecer cada vez mais que a aprendizagem na maior parte dos contextos é uma actividade comunitária, uma partilha cultural. Não se trata apenas de a criança dever adquirir conhecimentos, mas de dever adquiri-los numa comunidade formada por aqueles que partilham o seu sentimento de pertencer a uma cultura. É isto que me leva a sublinhar não apenas a descoberta e a invenção, mas a importância da negociação e da partilha- numa palavra, a criação de uma conjunta como objectivo da escolarização e como passo adequado para a criança se tornar membro da sociedade adulta em que o indivíduo vive a sua vida. (1986, p.127).

A partir de agora veremos na prática o que tem ocorrido para o letramento desse indivíduo, ou seja, o que ocorre no seu cotidiano.

3.2 Observação em sala de aula

Durante o período de observação em sala de aula com criança surda no fundamental maior no ensino regular, observou-se que a aluna surda I.G.S, não tem o domínio da leitura e escrita, e ainda não sabia o alfabeto completo na sua própria língua, apesar de já conhecer algumas palavras na língua portuguesa, e se comunicar usando alguns sinais, mesmo assim não tem o domínio da leitura e escrita. Outra questão importante é que a criança surda tem muitas dificuldades em fazer as atividades propostas em aula, por não entender o que se pedia, ou seja, o que estava escrito. Notou-se também que tanto os conteúdos ou mesmo as atividades passadas, por exemplo, no quadro, a aluna faz apenas cópias dos assuntos, mas não compreendia o que estava sendo pedido, escrito, ou seja, não sabia interpretar.

Observamos ainda que foi preciso a ajuda do intérprete para auxiliá-la a fazer as atividades. Percebemos que a falta de um contato da criança desde cedo com a sua língua materna no contexto escolar provoca baixo rendimento na sua aprendizagem.

Segundo Silva(2001) no tocante a aprendizagem a forma que são proporcionadas, ou sejam transmitidas as atividades desenvolvidas tanto da leitura como também da escrita aos alunos, é que favorecerá no seu desenvolvimento, fator importante que pode ser o diferencial no processo educativo da criança surda,

Outro fator importante é que durante as aulas, muitas das vezes a aluna ficava desatenta, e não prestava muita atenção nas explicações dos conteúdos passados em aula, isto por não conseguir entender nada do que estava sendo dito pelo professor, justamente pelo fato da língua usada dentro da sala de aula no ensino aprendizagem da criança, não corresponder a sua língua materna, ou seja, a língua de sinais, essencial no processo educacional do surdo. Podemos concluir que se a língua trabalhada no contexto escolar não é aquela usada pela criança surda, a língua de sinais, conseqüentemente dificultará na comunicação e no desenvolvimento educacional da mesma. Como coloca Quadros (1997, p.32) “Os conteúdos devem ser trabalhados na língua nativa das crianças surdas, ou seja, na LIBRAS”.

O que foi possível notar, através das observações é que a criança por não saber a língua de sinais, ela se comunicava por gestos com os demais alunos, e poucas vezes por sinais. Ressaltamos ainda, através de informações obtidas no âmbito escolar, que a aluna começou a ter contato, recentemente, ou seja, tardiamente com a Libras, bem

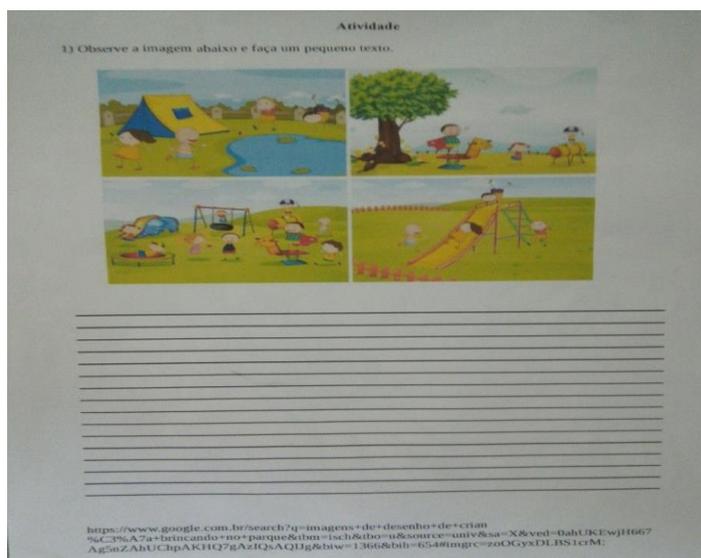
como do acompanhamento do intérprete dentro da sala de aula, ou seja, no ambiente escolar. Sendo assim, o professor tinha muita dificuldade no ensino, já que o mesmo não tem o domínio da Libras, e se tivesse a aluna não conhecia sua língua materna pelo fato de sua família não usar a Libras.

Podemos perceber que a educação da criança não está sendo transmitidas de forma adequada como deveria, sendo que a mesma não tem o conhecimento da sua língua materna, como poderá compreender uma outra língua?

De acordo Fernandes(2010) as escolas não têm oportunizado encontro do adulto surdo- criança surda, bem como afirmar que o surdo tem tido acesso à língua materna muito tarde, dificultando assim no desenvolvimento intelectual dela.

Observamos também que a presença do intérprete é fundamental na sala de aula, pois contribuirá no uso da língua de sinais no auxílio e desenvolvimento da criança, e o mesmo vai ensinando a criança a aprender os conteúdos transmitidos em aula. Porém, o mais adequado seria ter no âmbito escolar um profissional bilíngue.

No decorrer das observações, percebemos que a aluna I.G.S, consegue aprender o alfabeto manual completo, se comunicar também usando alguns sinais, ou seja, sabe usar alguns sinais em Libras, porém não se apropriou ainda da mesma. É importante ressaltar que na sala de aula, o professor passa os conteúdos para ambos os alunos, ouvintes e surdos, porém como dito anteriormente o surdo não compreende, não sabe interpretar. Então, a forma de ensino usada para que a criança aprenda a ler e escrever e adquirir conhecimento se dá por meio de imagens e textos visuais, e mesmo assim a criança tem muita dificuldade de aprender, bem como de se desenvolver na leitura e escrita, principalmente, em produzir textos. Como vemos na imagem abaixo em material coletado em campo.



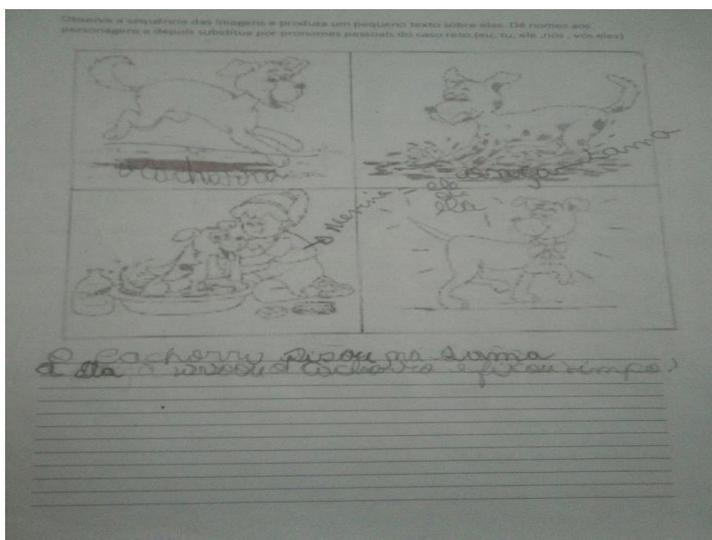
Fonte: https://www.google.com.br/search?q=imagem+crian%C3%A7a+brincando+no+parque&rlz=1C1AVNA_enBR576BR576&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=zoOGyxDLBS1crM%253A%252CEMZY2gyn0d6UZM%252C_&usg=itk10h_QrVIMbxzZQLKP1a3pG_M%3D&sa=X&ved=0ahUKEwjDxYaukYDaAhULjZAKHwBVCWIO9QEILzAD#imgrc=...

Observamos através da atividade acima que a criança surda não conseguiu fazer o que foi pedido na atividade, deixando-a em branco. Ou seja, a aluna não compreendeu do que se tratava o texto. Notamos que há uma falha no sistema educacional da criança em relação ao processo educativo. Como afirma Quadros (1997, p.99) “Para se falar em ensino de leitura e escrita para surdos deve-se em primeiro lugar, reavaliar o tipo de língua a que eles estão sendo expostos”. Podemos concluir a partir desta afirmação da autora, a importância do surdo ter como primeira língua para a sua aprendizagem a língua materna, a língua de sinais.

Quadros (2006) ainda relata que a escrita passa a ter uma atuação na língua portuguesa ao ser intermediada por uma língua que tenha significação, e que a escrita do português tem significação ou sentido a partir da língua de sinais. Então, pode-se concluir que a criança surda necessita do contato com sua língua materna, primeiramente, dentro do lar, ou seja, na família, e depois na escola para que possa aprender, interagir e adquirir conhecimento, pois a mesma poderá através da sua língua, se apropriar da escrita do português com propriedade.

Em umas das aulas, observamos que o professor passa uma atividade do livro didático tanto para os alunos ouvintes, bem como para os surdos, ambos alunos copiam no quadro, porém, a aluna surda não consegue responder por si só, justamente por não compreender. Mas outra atividade foi passada, sendo esta, aplicada por meio de

imagens, ao qual pedia para produzir um pequeno texto, abordando os pronomes pessoais do caso reto. Avalia-se tanto a percepção em relação a leitura como a escrita na produção do texto do aluno surdo, e percebe-se que a criança conseguiu entender a imagem relacionada ao texto, o que a seqüência de imagens queria transmitir, mas sentiu bastante dificuldade no momento de produzir, escrever, formular, ou seja, sozinha teve dificuldade na escrita, foi preciso que o intérprete o auxiliasse em alguns sinais, e aos poucos o aluno ia decifrando e escrevendo o que se pedia. Como vemos na imagem abaixo em material coletado no decorrer da observação.



Entendemos aqui que o processo de alfabetização da criança surda não foi desenvolvido com precisão para que ela possa torna-se um sujeito letrado. Como afirma Quadros(1997) realmente é muito difícil refletir em uma educação de surdos sem ao menos priorizar o domínio da língua de sinais no contexto educacional.

3.3 Questionário aplicado ao professor de sala regular

A partir de um questionário realizado durante o período da pesquisa de campo, teremos uma reflexão a mais sobre o contexto abordado nesta pesquisa.

<p>I -Durante esses anos lecionando nessa escola com aluno surdo em sala. Qual tem sido a sua maior dificuldade dentro da sala de aula?</p>	<p>R: A maior dificuldade no trabalho com surdos em sala de aula é a falta de materiais específicos na escola, pois algumas delas necessitam de um aporte pedagógico especial. Outra dificuldade se encontra com o comportamento do restante da turma em relação aos especiais.</p>
<p>II -Você ensina alunos surdos, bem como ouvintes. Como é a comunicação dentro da sala de aula entre eles? E com você?</p>	<p>R: Tenho uma comunicação saudável com os estudantes surdos e tento sempre aprender com eles.</p>

Diante das perguntas I e II, percebe-se que apesar da boa comunicação entre o professor e aluno, mesmo assim há uma dificuldade em desenvolver um trabalho dentro da sala de aula que favoreça na educação do surdo. O interessante notar nas respostas acima é que o professor relata que a falta de material é que dificulta no ensino, quando o principal é a comunicação. Outro fator seria também a questão da comunicação entre ambos, ele afirma que há uma comunicação saudável com os estudantes surdos, mas como isto é possível se ele não se comunica em Libras.

Segundo Quadros (1997) os professores têm tido muita dificuldade em passar os conteúdos escolares para os alunos, gerando reclamações por parte deles, justamente por ser muito difícil, residindo também na restrição dos mesmos em relação a LIBRAS, bem como dos alunos no que diz respeito ao seu desenvolvimento.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
III- Qual o método de ensino você utiliza para ensinar a criança surda a aprender a ler e escrever?	R: Ensino através de imagens e textos visuais.
IV- É possível a criança surda que está no ensino fundamental maior não ter domínio da leitura e escrita? Se sim. O que levaria isso a acontecer?	R: No caso que estou regendo, sim, porque eles não tinham contato com LIBRAS, mas conseguiram aprender com o tempo, mesmo estando numa série diferente da idade.
V- Você acha importante para a educação da criança surda assim que ela ingressa na escola na sua fase inicial, ter contato com a sua língua materna para melhor aprendizagem? Por que?	R: Toda criança, logo ao entrar na escola, deve ter contato com a língua materna. Entretanto, cada instituição deve manter um intérprete desde o início para melhor acompanhamento.

De acordo com as perguntas III, IV e V, observa-se nas respostas que o professor diante de um ensino em que prevalece no contexto escolar a língua portuguesa em relação a língua de sinais, tem dificuldade de transmitir os conteúdos, assim como a criança surda tem para aprendê-los. Sendo assim, o educador se utiliza de imagens e textos visuais no ensino aprendizagem do aluno surdo.

Conforme Quadros (2006) as instituições não têm estrutura ou até mesmo recursos humanos para assegurar aos alunos surdos o direito à educação, à comunicação, bem como à informação. Enfatiza também que a criança surda ao ter acesso à língua logo cedo, ou seja, na sua fase inicial, tem a oportunidade de introduzir-se no mundo da linguagem com todas as suas nuances. Entendemos nesse contexto a importância de se atentar para as dificuldades, bem como para as diferenças seja no meio social ou cultural do surdo, assim como em relação aos direitos dos mesmos.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
VI- Qual o seu grau de conhecimento em relação a LIBRAS?	R: Conheço o básico da LIBRAS porque só estudei na faculdade. Porém, o intérprete da sala me ajuda muito em sinais.
VII- Você trabalha a LIBRAS em sala de aula?	R: Eu trabalho LIBRAS apenas o essencial porque o intérprete ajuda no restante, visto que a turma é muito difícil de controlar.
VIII- Você fez ou faz algum curso de capacitação para poder se comunicar com os alunos surdos dentro da sala de aula e fora dela também?	R: Ainda não fiz nenhum curso de capacitação, mas pretendo fazer no próximo ano, porque amei o contato com estudantes surdos.

A partir das perguntas VI, VII e VIII, percebemos que o professor não tem o conhecimento, domínio da LIBRAS, apenas sabe o básico que adquiriu enquanto estudante na faculdade.

Pode-se concluir que a falta de um profissional bilíngue ou mesmo de um intérprete desde cedo no âmbito escolar, muito dificulta no processo educativo da criança surda, pois a mesma necessita aprender e se desenvolver utilizando-se de uma língua que seja favorável na sua aprendizagem, ou seja, na educação.

Diante dessa situação, como desenvolver um trabalho em que a língua utilizada difere daquela usada pelo surdo?

Botelho (2016) diz que para o surdo se tornar letrado numa abordagem bilíngue é preciso o uso de língua de sinais para o ensino de todas as disciplinas, ou seja, através da utilização da Libras no contexto escolar é que a criança surda conseguirá aprender e adquirir conhecimento.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
IX- O que você pode falar sobre a inclusão de crianças surdas no ensino regular?	É importante a inclusão do aluno surdo no ensino regular porque ele se sente familiarizado na sala e o rendimento é maior, até porque um aluno “normal” pode ajudá-lo em algumas atividades.
X- O que você pode falar sobre a língua de sinais- LIBRAS?	A LIBRAS é essencial para o letramento da criança surda, e esse fato é perceptível ao se comparar alunos que sabem a língua de sinais e os que não tiveram contato ainda.
XI - Você acha importante que o aluno e professor aprenda a LIBRAS? Por que?	É importante que o professor saiba a LIBRAS, porque o trabalho rende e a troca de conhecimento se faz de forma plausível.

Percebe-se diante das respostas IX, X e XI, que é importante a inclusão do surdo no ensino regular, bem como o acesso à língua de sinais pelo professor e que o convívio entre alunos surdos com ouvintes possibilita uma troca de conhecimento, assim como uma socialização que favorecerá no trabalho dentro da sala de aula e também no processo educativo deles.

Segundo Lodi(2014) a inserção do aluno surdo no ensino regular é uma das diretrizes essenciais da política nacional de educação, pois através dela o aluno pode interagir, bem como se familiarizar com as demais crianças ouvintes. Além disso, podem se desenvolver e adquirir o apropriamento da leitura e da escrita. Mas é preciso que a escola proporcione recursos, materiais que o atenda.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
XII- O aluno surdo dentro da sala de aula tem algum suporte que o ajude no ensino aprendizagem dele? Quais seriam esses?	R: O único suporte é o intérprete.
XIII- Você acha importante no âmbito escolar, alunos surdos e ouvintes aprenderem ambas as línguas, ou seja, a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa? Justifique.	R: A melhor forma de aprendizagem mútua é o contato de todos com as diferentes línguas. Por isso, acho extrema necessidade, desde já, o ensino de LIBRAS para todos os estudantes.
XIV- Na sua opinião. As necessidades dessas crianças surdas em relação educação são atendidas no âmbito escolar? Justifique.	R: As necessidades ainda não são atendidas porque ainda é escasso materiais de apoio pedagógico.

É possível perceber diante das respostas acima, o professor tem consciência da importância da língua de sinais ser trabalhada logo cedo no contexto escolar dos alunos surdos, pois o contato inicial tanto do surdo como do aluno ouvinte com a Línguas é fundamental no convívio seja dentro ou fora do ambiente escolar. Notamos que há muito o que se fazer para de fato a inserção da criança surda no âmbito escolar serem atendidas e os seus direitos assegurados.

Segundo Silva (2001) o melhor seria que houvesse uma fala comum entre professor e aluno, ou seja, que tanto um como o outro fizesse o uso da língua de sinais.

Enquanto Fernandes (2010) afirma que a língua de sinais parece ser admitida nos espaços escolares, mas a realidade é que o português prevalece e se mantém como língua mais importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início de nossa pesquisa, procuramos abordar as questões referentes ao letramento a fim de termos melhor conhecimento sobre a realidade que o surdo enfrenta em meio ao ensino regular. O procedimento do trabalho nos permitiu avaliar além das dificuldades que os surdos têm ao ser inserido no âmbito escolar, bem como no que diz respeito ao ensino aprendizagem da aluna surda no seu processo de letramento.

Tomando por base o letramento da criança surda, o que se pode perceber na realidade atual é que as instituições de ensino não têm estruturas apropriadas, bem como professores preparados para atender as necessidades dessas crianças dentro da sala de aula. Na verdade, ambos tem tido dificuldades na receptividade de alunos surdos. Dessa forma, os educadores ao receber crianças surdas, pelo fato de não estarem preparados ou não ter conhecimento da língua de sinais não conseguem desenvolver um ensino satisfatório, uma vez que a língua utilizada no ensino aprendizagem em sala de aula não corresponde aquela que deveria ser trabalhada desde a infância do surdo, ou seja, a língua natural deles. (SILVA, 2001, p.17,18).

Diante dessas situações postas, percebe-se que a forma de ensino poderá dificultar no aprendizado da criança surda, e conseqüentemente no desenvolvimento da mesma em todos os aspectos.

Na realidade a falta de estrutura na escola tem provocado uma debilidade no atendimento as suas necessidades. Sendo assim, se as instituições de ensino não considerar ou não se atentar para as diferenças e dificuldades encontradas, ou seja, que acontece no processo educativo do aluno surdo contribuirá nos baixos rendimentos no processo de aprendizagem deles. O que é possível notar, tanto na metodologia de ensino quanto na sociabilidade deste sujeito. (SILVA, 2001, p. 43). Sendo assim, é preciso que os alunos surdos sejam de fato inseridos no âmbito escolar, respeitando seus direitos, suas limitações, e que através do ensino em sala de aula, sejam apresentadas atividades que venham favorecer e aprimorar o conhecimento, estingando-os no seu desenvolvimento intelectual, promovendo o bem-estar e a interação delas com as demais crianças ouvintes seja dentro ou fora do ambiente escolar. Mas como afirma Silva (2001, p.19) “O fato é que os órgãos governamentais legitimam o compromisso com a inclusão social, mas não provêm de recursos para o atendimento educacional das escolas públicas”.

Observamos durante o percurso da pesquisa de campo a grande dificuldade, por exemplo, do professor em transmitir os conteúdos para a criança surda, como também a mesma em adquiri-los, já que ambos não possui o domínio da Libras. Ou seja, os conteúdos transmitidos de dá por meio da língua portuguesa, e não pela língua natural do surdo, a língua de sinais, dificultando na sua aprendizagem.

Diante do objetivo proposto no início de nossa pesquisa, podemos constatar que a aluna surda, ainda não se encontra na condição de sujeito letrado, já que a língua usada em sala de aula não corresponde a sua língua materna. Além disso, notamos que, na prática, realmente as suas necessidades não são atendidas. Conforme o Decreto 5626 que regulamenta a Lei nº 10.436, as instituições responsáveis pela inclusão não possui estrutura adequada para que o decreto seja cumprido como assegura a lei.

Notamos diante das respostas obtidas por meio do questionário aplicado ao professor que o ensino aprendizagem da aluna surda se dava por meio de imagens e textos visuais. Em relação a inclusão o mesmo fala da importância do surdo ser inserido no ensino regular bem como é fundamental o uso da Libras no seu processo de letramento. E tanto professor como o aluno devem fazer o uso da língua de sinais para que haja uma interação, troca de conhecimentos. Ele relata que o surdo necessita usar a sua língua desde cedo, e que a falta de recursos para o atendimento educacional do surdo dificulta no trabalho dentro da sala de aula.

Podemos perceber como é a realidade da criança surda no âmbito escolar em meio ao ensino regular, assim como é essencial que o sistema de ensino assegure professores devidamente preparados para trabalhar em sala de aula, por meio da língua de sinais.

Percebemos diante da realidade, que é preciso haver mudanças significativas no processo educativo da criança surda. Mas, para que ocorra as escolas necessitam ter estruturas adequadas que possibilitem ao indivíduo uma educação de qualidade.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir na área acadêmica no despertar dos novos profissionais de educação para o enfrentamento da inclusão.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso:** / Marcos Bagno... [et al.]; organização Djane Antonucci Correia. - São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.
- BOTELHO, Paula. **Linguagem e Letramento na educação dos surdos – Ideologias e práticas pedagógicas** / Paula Botelho. - 4. ed. - 2. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e Letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**/ Marlene Carvalho. 9. ed. - Petrópolis, RJ/: Vozes, 2012.
- DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado.** Disponível em:http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf Acesso em 15 de fevereiro de 2018, às 14h23min.
- DYSON, Anne Hass. **Perspectivas das crianças enquanto utilizadoras da língua: A língua e o ensino da língua na educação de infância.** In: SPODEK, Bernard(org) Manual de Investigação em Educação de Infância. Fundação Calauste Grilberkian. Lisboa. 2002.
- FERNANDES, Eulalia. **Surdez e bilinguismo,** Org., Ronice Muller de Quadros...[et al.] - Porto Alegre: Meditação, 2010. (3. ed. rev. E atual. Org.) 104 p.
- GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras.** Editora: Parábola, São Paulo,2012.
- HONORA, Márcia. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez/** Márcia Honora, Mary Lopes Esteves Frizanco São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
- KLEIMAN, Angela B. **Preciso “ensinar” o letramento.** Ceiel/IEL/Unicamp, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. - 3. ed. - São Paulo: Atlas, 2000.
- LODI, Claudia B.; LACERDA, Cristina B. F. de.(organizadoras).**Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização.** - 4. ed. - Porto Alegre: Meditação, 2014.
- MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados/** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Daisy Mara Moreira de. **A educação bilíngue para surdos: O que se tem e o que se quer.** Disponível

em:<[http://ideallesistemas.com.br/gera_certificado_apresentacao.asp?url =
http://educonse.com.br/viicoloquio/cdanais.asp?cod=64%20target =](http://ideallesistemas.com.br/gera_certificado_apresentacao.asp?url=http://educonse.com.br/viicoloquio/cdanais.asp?cod=64%20target=). Acesso em 15 de Fevereiro de 2018, às 14h49min.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem /** Ronice Muller de Quadros. - Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de. **Ideias para ensinar português para alunos surdos/** Ronice Muller de Quadros, Magali L. P Schimiedt. - Brasília: MEC, SEESP, 2006.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001 /** organização. Vera Masagão Ribeiro/ vários autores - São Paulo: Global, 2003.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo/** Marília da Piedade Matinho Silva. - São Paulo: Plexus Editora, 2001.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros /** Magda Soares. 2.ed. , 11. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PÉSSQUISA

- 1) Durante esses anos lecionando nessa escola com aluno surdo em sala. Qual tem sido a sua maior dificuldade dentro da sala de aula?
- 2) O que você pode falar sobre a Língua de Sinais- LIBRAS para o letramento da criança surda?
- 3) O que você pode falar sobre a inclusão de crianças surdas no ensino regular?
- 4) Qual é o seu grau de conhecimento em relação a LIBRAS?
- 5) Você trabalha a LIBRAS em sala de aula?
- 6) Você ensina alunos surdos, bem como ouvintes. Como é a comunicação dentro da sala de aula entre eles? E com você?
- 7) Você acha importante que aluno e professor aprenda a LIBRAS? Porque?
- 8) O aluno surdo dentro da sala de aula tem algum suporte que o ajude no ensino aprendizagem dele? Quais seriam esses?
- 9) Qual o método de ensino você utiliza para ensinar a criança surda a aprender a ler e escrever?
- 10) Na sua opinião, As necessidades dessas crianças surdas em relação a educação são atendidas no âmbito escolar? Justifique.
- 11) É possível a criança surda que está no ensino fundamental maior não ter domínio da leitura e escrita? Se sim, O que levaria isso a acontecer?
- 12) Você acha importante para a educação da criança assim que ela ingressa na escola na sua fase inicial, ter contato com a sua língua materna para melhor aprendizagem? Por que?
- 13) Você fez ou faz algum curso de capacitação para poder se comunicar com os alunos surdos dentro da sala de aula e fora dela também?
- 14) Você acha importante no âmbito escolar, alunos surdos e ouvintes aprenderem ambas as línguas, ou seja, a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa? Justifique.

13 - Ainda não fiz nenhum curso de capacitação, mas pretendo fazer no próximo ano, porque assim o contato com educandos surdos.

14 - A melhor forma de aprender qualquer língua é o contato diário com os falantes nativos. Por isso, acho extrema necessidade, desde já, o ensino da LIBRAS para todos os estudantes.

- 1- A maior dificuldade no trabalho com surdos em sala é a falta de materiais específicos na escola, por alguns deles necessitam de um apoio pedagógico especial. Outra dificuldade se encaixa com o comportamento do restante da turma em relação aos especiais.
- 2- A LIBRAS é essencial para o letramento de uma criança surda, e esse fato é perceptível ao se comparar alunos que sabem a língua de sinais e os que não tiveram contato ainda.
- 3- É importante a inclusão do aluno surdo no ensino regular porque ele se sente mais familiarizado na sala e o aprendizado é maior, até porque um aluno "normal" pode ajudá-lo em algumas atividades.
- 4- Conheço o básico da LIBRAS porque sei estudar na faculdade. Já sei o intérprete de sala me ajuda muito em algumas coisas.
- 5- Eu trabalho LIBRAS agora é essencial porque o intérprete ajuda no instante, visto que o aluno é muito difícil de controlar.
- 6- Tento uma comunicação padrão com os estudantes surdos e tento sempre aprender com eles.
- 7- É importante que o professor saiba LIBRAS, porque o trabalho surdo é o traço de contatamento se faz de forma plausível.
- 8- O único suporte é o intérprete.
- 9- Ensino através de imagens e textos visuais.
- 10- As necessidades cênicas no sala atendidas porque ainda é escassa materiais de apoio pedagógico.
- 11- No caso que não responde, sim, porque eles não tinham contato com LIBRAS, mas conseguiram aprender com o tempo, mesmo estando numa idade diferente da idade.
- 12- Toda criança, logo ao entrar na escola, deve ter contato com a língua materna. Entretanto, cada instituição deve manter um intérprete desde o início para uma melhor adaptação.